

RURALIDADES EM PERSPECTIVA: IDENTIDADES E TRAJETÓRIA DE CORTADORES DE CANA EM PERNAMBUCO¹

*Ruralities in perspective: identities and trajectories of sugarcane cutters in
Pernambuco*

Jeanne Mariel Brito de Moura Maciel^{2*}

Rodrigo Constante Martins^{3*}

RESUMO

Este artigo analisa o deslocamento dos trabalhadores rurais da cana-de-açúcar – denominados cortadores de cana - da região da Zona da Mata Sul de Pernambuco para o trabalho no Complexo Industrial Portuário de Suape, a fim de se compreender os sentidos atribuídos por eles e as implicações em suas trajetórias. A partir de uma pesquisa de campo densa realizada entre os anos 2013-2017 - período de maior expressão do movimento de trânsito dos trabalhadores da cana-de-açúcar para SUAPE -, os dados apontaram para uma intensa movimentação nesse tecido social, com alternância entre o emprego em Suape e nos canaviais. O artigo problematiza e descreve o perfil dos que migraram no que se refere a gênero, idade, escolaridade e origem; caracteriza como ocorre a inserção no Complexo de Suape; analisa as mediações identitárias dos cortadores de cana diante da mudança de condição para trabalhadores das indústrias de Suape e evidencia como percebem as transformações que estão vivenciando em seus modos de vida.

Palavras-chave: Ruralidades; cortadores de cana; identidade; trajetória.

ABSTRACT

This article analyzes the movement of rural sugarcane workers – known as sugarcane cutters – from the Zona da Mata Sul region of Pernambuco to work in the Suape Industrial Port Complex, in order to understand the meanings they attribute to it and the implications for their trajectories. Based on extensive field research conducted between 2013 and 2017 – the period of greatest expression of the movement of sugarcane workers to work in SUAPE –, the data pointed to intense movement in this

¹ A realização deste estudo contou com suporte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

^{2*} Universidade Federal do Amazonas. Docente do Departamento de Educação da Universidade Federal do Amazonas. Dra. em Sociologia -UFSCar. Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Territorialidade – UFGD. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Ruralidades, Ambiente e Sociedade (RURAS-UFSCar). E-mail: maribrito21@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3795-8605>.

^{3*} Universidade Federal de São Carlos. Docente do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. É líder do Grupo de Pesquisa CNPq Ruralidades, Ambiente e Sociedade (RURAS-UFSCar) e bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: rmartins@ufscar.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2700-3319>.

social fabric, in which workers alternated between employment in Suape and in the sugarcane fields. The article problematizes and describes the profile of these workers who migrated in terms of gender, age, education and origin; characterizes how their insertion in the Suape Complex occurs; analyzes the identity mediations of sugarcane cutters in the face of the change in their condition from rural workers to workers in the industries of Suape and highlights how they perceive the transformations they are experiencing in their ways of life.

Keywords: Ruralities; sugarcane cutters; identity; trajectory.

1. INTRODUÇÃO

A partir das recentes mudanças que têm ocorrido na região da Zona da Mata Sul de Pernambuco com a implantação do Complexo Industrial Portuário de Suape, este artigo analisa quais as possíveis implicações que esses novos empreendimentos têm influenciado sobre as trajetórias dos trabalhadores rurais.⁴

Investigar a constituição do rural brasileiro a partir da Zona da Mata pernambucana se mostra um desafio, na medida em que evidencia as particularidades de uma ruralidade forjada desde o período colonial. Isso porque, a longevidade do predomínio do cultivo da cana-de-açúcar no litoral nordestino/pernambucano trouxe consigo influências sobre o trabalho, sua organização socioeconômica e cultural. Em decorrência disso, desde a década de 1950, a região tem sido alvo de contínuas pesquisas que buscam acompanhar e mapear as transformações que aí se descortinam, principalmente as frentes de trabalho estabelecidas por pesquisadores vinculados ao Museu Nacional (Velho, 2009; Palmeira, 1977; Sigaud, 1979, 1980, 2006).

Sob esse aspecto, destacamos que as principais mudanças gestadas nesse espaço estão relacionadas ao próprio desenvolvimento do modelo de produção capitalista que, a partir de meados no século XX, se direciona ao rural a fim de “modernizar” as relações de trabalho estabelecidas (Martins, 2006), alterando, por conseguinte, os modos de vida de uma população até então dependente da propriedade açucareira - em termos de trabalho e moradia.

Nesse sentido, Wanderley (2009) ressalta que as transformações operantes na região entre 1950-1960 remontam à própria cisão que ocorreu na sociedade brasileira a partir dos anos 1930, quando o presidente Getúlio Vargas assume o poder e com ele logra-se uma redefinição da aliança entre o Estado e as classes dominantes, de forma que:

⁴ Majoritariamente os trabalhadores rurais exercem a função de cortadores de cana na produção da cana-de-açúcar, razão pela qual se denominam dessa forma. Em decorrência disso, são referenciados nesse artigo como cortadores de cana.

Grosso modo, pode-se afirmar que, a partir de então: cria-se uma base interna e acumulação mais sólida, que favorecerá progressivamente a instalação e a expansão de empresas multinacionais no país; assiste-se a uma crescente concentração e centralização do capital que repercutirá sobre as relações entre as diversas classes sociais e sobre a divisão do trabalho a nível regional e setorial; a fração industrial da classe capitalista assume progressivamente a dominação econômica e a hegemonia política do país (Wanderley, 2009, p. 116).

A “perda” da hegemonia da elite rural, que ocorre com a ascensão da elite industrial e a “modernização” da produção nacional, é apenas parcial, ou quase inexistente, visto que mesmo em momentos de crises, como nos anos 1930, “o estado não eliminou os grandes proprietários da nova composição do poder e os sustentou através de políticas de proteção aos efeitos da crise econômica, que significaram, (...) a manutenção de suas formas tradicionais de reprodução” (Wanderley, 2009, p. 116).

Seguindo essa linha de pensamento, Martins (2006) também aponta que a chamada “modernização” da agricultura não cumpriu o que prometeu ao campo, antes, conservou estruturas sociais desiguais de forma que “sua expansão sobre as áreas rurais deu-se, no mais das vezes, mediante a conciliação dos interesses da grande propriedade agrícola com aqueles da manutenção das circunstâncias locais de domínio e desigualdades sociais” (Martins, 2006, p. 69).

Contudo, nem mesmo a modernização ou as alterações na regulação das leis de trabalho que alcançou os moradores dos centros urbanos se estendeu aos trabalhadores rurais na forma de proteção contra a exploração da agroindústria, só ocorrendo mais tarde a partir da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural – ETR – em 1963 (Silva, 1999). De forma que, se por um lado a modernização da agricultura se expande no campo, por outro, acelera a desintegração das formas de vida dos moradores de engenho da Zona da Mata que paulatinamente se proletariza em decorrência do processo de desvinculação da terra e perda dos meios de produção (Andrade, 1979, p. 61-62).

O morador de engenho que anteriormente tinha acesso à morada (a casa cedida pelo dono da usina, mais a posse de um pequeno sítio para desenvolver uma agricultura de subsistência), se transforma em um trabalhador rural (Palmeira, 1977), ou, na acepção de Wanderley (2009), um trabalhador/camponês, já que nem todos vivenciaram esse processo de ruptura total com o engenho. Movimento amplamente analisado por Sigaud (1979) na década de 1970.

A crise da agroindústria canavieira na década de 1990, que gerou instabilidade na produção açucareira, também contribuiu para que centenas de trabalhadores vivenciassem o desemprego, restando-lhes como válvula de escape a ida para a capital, Recife, e outras localidades à procura de trabalho. Além disso, a partir de 1990, também vai ocorrer uma intensificação da reforma agrária

através da desapropriação dos engenhos falidos e sem condições de arcar com os gastos da produção (L'Estoile; Sigaud, 2006).

Cabe, agora, mapear as recentes transformações que têm ocorrido na Zona da Mata Sul de Pernambuco a partir da instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape. Isso porque, além de reconfigurar as relações estabelecidas nesse espaço rural, a presença do porto tenciona novas possibilidades de ação por parte dos cortadores de cana forjados nesse tecido social.

Apesar do Complexo Industrial Portuário de Suape ter sido criado na década de 1970, os empreendimentos tornaram-se mais proeminentes a partir dos anos 2000, com os investimentos maciços feitos pelo Estado brasileiro durante o governo do presidente Lula. Nesse período, o volume de aporte financeiro foi intenso. Se desde a sua criação até o ano de 2006 os recursos recebidos totalizaram R\$643 milhões; no Governo Lula, entre 2007 e 2010, o valor de recursos repassados somaram mais de R\$710 milhões (SUAPE, 2011, p. 11).

Este crescimento esteve atrelado a um projeto desenvolvimentista amparado na concentração de volumosos recursos, na aliança entre as elites locais e na concentração de investimentos de grande porte em um único lugar, com a presença de indústrias líderes nas áreas de resinas PET, termoeletrica, de estaleiros navais e a Refinaria de petróleo Abreu e Lima. Atualmente, há cerca de 90 empresas instaladas no Complexo Portuário de Suape (SUAPE, 2024) atraídas, sobretudo, pelos incentivos fiscais, concessão de crédito e doação de terrenos. Dentre os maiores investimentos com capacidade de capilaridade destacam-se o Estaleiro Atlântico Sul, a Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Vard Promar.

De certa forma, os investimentos sobre o porto omitiam as contradições que acompanharam sua instalação, como as desapropriações ilegais, a prevalência de interesses de determinados setores da sociedade sobre os demais, as questões ambientais do projeto - por estar localizado em uma área de preservação ambiental -, e seus impactos e desdobramentos sobre a população que há tempos tinha como forma de reprodução social o predomínio do trabalho nos canaviais (Véras de Oliveira, 2013).

Para a condução da pesquisa, realizamos uma coleta de dados que mapeou os significados dessa mobilidade da força de trabalho rural para Suape e quais as implicações desse fenômeno nas trajetórias de vida e formas de se relacionar com o lugar. Para isso, foi necessário construir não apenas um referencial teórico-analítico-documental, mas, sobretudo, ouvir as histórias desses sujeitos do rural para, a partir daí, analisar a própria narrativa construída por eles e os seus significados.

Os dados foram coletados entre os anos de 2013-2017⁵, por meio de entrevistas realizadas com 24 cortadores de cana que decidiram migrar para o trabalho urbano/industrial no Porto de Suape, e que eram oriundos de cinco municípios da Zona da Mata Sul de Pernambuco: Escada, Ribeirão, Sirinhaém, Rio Formoso e Ipojuca⁶. A escolha desses municípios se deu porque nos levantamentos prévios constatou-se que por estarem no entorno de Suape, foram nesses locais que ocorreram os maiores fluxos migratórios da força de trabalho rural. Segue abaixo o mapa de localização:

Figura 1 – Localização da região da pesquisa



Fonte: PETROBRAS. Petróleo Brasileiro S/A .

Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/minisite/ipc/suape2013/>.

Acesso em: 23 jul. 2013 (adaptação dos autores).

A Zona da Mata Sul de Pernambuco, localizada no litoral do estado de Pernambuco, é formada por 24 municípios e possui uma população total estimada em mais de 647 mil habitantes (BDE, 2022). Por estar situada em uma área de produção da monocultura canavieira – segunda maior produtora de cana-de-açúcar do estado, ficando atrás apenas da região da Zona da Mata Norte –, a localidade amarga considerável concentração de terras nas mãos do setor sucroalcooleiro. Já o

⁵ Esse foi o período de maior expressão do movimento de trânsito dos trabalhadores da cana-de-açúcar para o trabalho em SUAPE. A crise do setor sucroalcooleiro se arrastava desde a década de 1990, em decorrência do massivo deslocamento da produção para o eixo Centro-Sul do país, endividamento de usineiros e perda de competitividade. Assim, quando os investimentos começam a se intensificar no Porto de Suape nos anos 2000, a partir de 2010, com um pico até 2014-2015, tem-se uma migração em massa dos cortadores para o completo portuário. Período analisado pela pesquisa. Grafia c

⁶ Ipojuca será incluído na análise, pois ainda que não esteja localizado na Zona da Mata Sul, é um grande produtor de cana-de-açúcar e está ligado culturalmente pela cana à região.

Porto de Suape, está localizado no município de Ipojuca – área de influência da Zona da Mata Sul -, e fica distante cerca de 40 km de Recife. A empresa estatal chamada SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – é quem administra o empreendimento, e está subordinada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.

Conforme a imagem acima, dada a proximidade do Porto de Suape do local em que moram, o crescimento do porto se tornou um polo atrativo na busca por outras formas de trabalho - em uma localidade que até pouco tempo só tinha os canaviais como opção de trabalho.

A pesquisa mostrou que entre os que foram buscar emprego no Complexo Industrial Portuário de Suape, todos possuem uma origem talhada no trabalho da cana; possuem pouca escolaridade – ensino fundamental-; são jovens, com uma média de 28 anos de idade; gênero masculino; negros, como também possuem o “fator expropriação” em suas trajetórias – ou seja, a ausência da posse da terra. Esses dados parecem evidenciar que a experiência de vida dessa população é acompanhada por trajetórias sociais similares que reforçam as contradições sociais que os circundam.

Por meio das conexões entre os dados coletados e a análise teórica, nas próximas seções buscaremos relacionar como esses fatos conformam o meio rural analisado e criam as condições para um tipo de trajetória sedimentada nas instabilidades e mudanças do lugar. O artigo está organizado da seguinte forma: primeiro, apresenta o debate sobre a organização socioespacial dos cortadores de cana da Zona da Mata Sul e as motivações de buscar emprego no Porto de Suape, em seguida apresenta suas trajetórias. Por fim, discorre sobre a constituição do meio rural pesquisado.

2. MOBILIDADE SOCIOESPACIAL NA ZONA DA MATA SUL

A ascensão do porto de Suape tem culminado, efetivamente, em novos padrões de relação social e mobilidade na região da Zona da Mata Sul. Ou seja, um momento histórico em que relações tradicionais têm sido confrontadas com outras formas de se viver.

A mobilidade - no sentido de deslocamento em determinado espaço e estrutura social - dos trabalhadores rurais tem sido comumente analisada na perspectiva da migração para outras regiões, principalmente para o Sudeste, como parte de um mecanismo de dominação e expropriação intensificado desde a “modernização trágica implantada da década de 1960, cujos efeitos, além do maciço êxodo rural, foram traduzidos por um violento processo de proletarização” (Silva, 1999, p.15).

Vale salientar, ainda, como aponta Silva em pesquisas realizadas no Vale do Jequitinhonha – MG, nas décadas de 1980 e 1990, que esses fluxos migratórios de trabalhadores rurais rumo aos altos circuitos da produção agroindustrial ocorreram dentro de uma mesma região geográfica – como foi o caso por ela pesquisado entre os(as) que saíram de Minas Gerais para a região de Ribeirão Preto – SP (Silva, 1999, p.19).

Becker ressalta que, no tocante à mobilidade, cada vez mais tem se estabelecido uma nova modalidade entre os(as) trabalhadores(as) denominada de mobilidade intramunicipal – que se manifesta nos deslocamentos dentro do mesmo município – e intermunicipal – ocorrendo nas redes de mobilidade entre municípios próximos. É a contramobilidade emergindo como expressão do direito de “não migrar”, ou de permanecer no espaço de origem; é a luta em defesa do “livre-arbítrio” quanto ao espaço a ocupar, a cultura a preservar. É o singular tentando manter seu lugar no espaço econômico global (Becker, 2005, p. 322).

No que tange à pesquisa ora delineada, entende-se que o que tem se configurado na Zona da Mata Sul não é uma migração, no sentido clássico em que foi analisado por tantos pesquisadores das ciências sociais, mas um tipo de mobilidade específica que ocorre dentro de um mesmo espaço social, territorial e cultural.

Contudo, ainda que tenha um certo ar de espontaneidade, essa ida dos trabalhadores não parece ser estritamente vinculada a um fenômeno de livre escolha, antes corrobora com a asserção de um direcionamento da ampla mão de obra disponível para ocupar os espaços vazios dentro das fábricas. O deslocamento desses sujeitos pode, então, ser interpretado como uma escolha possível dentro das alternativas que se lhes apresentam, assegurando-lhes, em contrapartida, o direito de permanecer no seu lugar de vida.

A partir dessa contextualização, infere-se que migrar para outras regiões ou permanecer em seu espaço social vai depender de uma série de variáveis como a concentração fundiária, a expansão da monocultura no campo, a intensificação da modernização da agricultura e a ausência de reformas sociais e agrárias que concedam à população rural a possibilidade de traçar o seu próprio futuro, fazendo, desse modo, com que muitas vezes “a produção e a reprodução do capital estejam num lugar e a reprodução da força de trabalho esteja fundamentalmente em outro lugar” (Martins, 1986, p. 55).

Assim, tem-se que a forma como a produção capitalista encontrou, e ainda encontra, de explorar essa ampla oferta de mão de obra que nada possui a não ser seu corpo, se estabeleceu

através da dispersão da mesma pelo país direcionando-a para onde fosse necessário, tanto no trabalho industrial como nas grandes plantações agrícolas. Mas também, explorando-a a partir das mobilidades que se circunscrevem em uma mesma região, conforme aponta este trabalho.

Avançando na discussão, Gaudemar (1977) compreende que os deslocamentos dos trabalhadores à procura de emprego é muito mais que um percurso espacial, é uma particularidade intrínseca do desenvolvimento capitalista que busca, por um lado, desestabilizar populações inteiras para, em seguida, realoca-las em diferentes tipos de trabalhos de acordo com os interesses do grande capital.

A partir dessa perspectiva, a migração é entendida em Gaudemar como mobilidade da força de trabalho, sendo esta, em última instância, constitutiva da própria formação inicial do capitalismo enquanto sistema de produção, de acumulação e de organização da vida social. Nessa linha de interpretação, a mobilidade do trabalho é vista como uma característica fundante do capitalismo que, ao mesmo tempo, norteia as possibilidades de ação do trabalhador expropriado de si e dos meios de produção. Nesse cenário, o indivíduo se torna móvel e, ao mesmo tempo, não autônomo, necessitando constantemente vender a sua força de trabalho para reproduzir-se socialmente (Gaudemar, 1977, p. 192).

A mobilidade dos trabalhadores rurais, portanto, está vinculada às dimensões espacial, econômica, cultural e social que estão inseridos, condicionando seus deslocamentos. Para além de um movimento, um trânsito espacial, a mobilidade dos cortadores de cana para Suape implica em uma nova forma de se relacionar com a tradicional monocultura açucareira.

Essa novidade traz, indubitavelmente, a necessidade de se pensar em um aporte conceitual capaz de captar as implicações desse processo na vida daqueles que passaram a enxergar em Suape uma possibilidade concreta de ascensão social. Visto que, como salienta Vêras de Oliveira em pesquisa realizada junto às empresas de Suape:

Absorvidos nos novos empreendimentos, (os moradores da região) estão vivenciando um processo de reconversão ocupacional e identitária. Em contraste com suas trajetórias ocupacionais anteriores, veem-se, agora, imersos na rotina de empresas estruturadas, formais, algumas de grande porte (...). Os trabalhadores dos empreendimentos de Suape são de dois tipos principais: os moradores da região e os trabalhadores vindos de fora, os “trecheiros”. Quanto aos primeiros, “normalmente são contratados para ocupar os postos de trabalho mais baixos na hierarquia da obra” (Rodrigues, 2012, p. 43). Conforme apurou Rodrigues (2012), as empresas, em Suape, se utilizaram da estratégia de treinamento de trabalhadores agrícolas, como forma de poder dispor de mão de obra barata e dócil. Entre os trabalhadores oriundos da região e os “trecheiros”, em Suape, as diferenças de perfil têm

redundado em tensões. Sendo que esses últimos, segundo apurou Rodrigues (2012), têm trazido, de andanças pelo Brasil, não só uma experiência profissional, mas, também, sindical e política (Véras de Oliveira, 2013, p. 243).

Nesse contexto, os trabalhadores rurais vivenciam outras oportunidades em suas vidas e um reposicionamento na sua identidade de trabalhador rural que, nesse novo contexto, se torna um trabalhador industrial.

2.1 Mobilidade, trajetória e identidade

Embora a identidade não seja centrada (Hall, 2014), ao ir a Suape e regressar ao meio rural, em um movimento pendular do trabalho, esses sujeitos carregam consigo novos códigos de interpretação que se atualizam em seu espaço social. Isso porque a identidade rural não é fixa ou imutável (Hall, 2009; 2014), antes, está imersa em uma rede de relações e de estrutura social que ao mesmo tempo em que se impõe ao indivíduo, também é atualizada por uma série de fatores que escapam ao seu controle, e, mais do que isso, por meio das disposições que se ocupa na estrutura social (Bourdieu, 1983).

A história e trajetória de vida devem ser examinadas para além do que usualmente se atribui a uma biografia. Deve-se fugir daquilo que vincula o sujeito/agente à ideia do que oficialmente se diz sobre ele, que Bourdieu chama de “modelo oficial da apresentação oficial de si” (Bourdieu, 2011, p. 80), como os documentos emitidos pelos governos que atestam quem somos.

Portanto, as trajetórias e mobilidades dos sujeitos alvo da pesquisa são entendidas aqui não como uma história coerente, com início, meio e fim, mas como algo construído a partir da realidade que os cerca. Trata-se de poder acompanhar de maneira mais aprofundada as ressignificações das identidades dos cortadores de cana por meio das ações e dos sentidos atribuídos a elas. Sob esse aspecto, a trajetória em Bourdieu (2011) é definida como:

Uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito” cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações sociais objetivas entre as diversas estações. Os acontecimentos biográficos definem-se antes como alocações e como deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado (Bourdieu, 2011, p. 81).

Nesses termos, a concepção de trajetória ajuda na percepção de que além de não ser imutável, também não é fruto de um ato solitário. Antes está imersa em um contexto social que se sobressai ao próprio indivíduo, e que concorre para formar aquilo que a sociologia tem denominado de identidade.

Essa (re)construção das identidades ocorre em um espaço crítico, como consequência de um fenômeno mais amplo, inserido na lógica dos processos sociais. É a partir desse pressuposto que Berger e Luckmann (2007) compreendem a identidade como:

(...) formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a (Berger; Luckmann, 2007, p. 228).

Desse modo, a identidade é (re)definida nesses embates históricos e socialmente localizados (Hall, 2014), expressando a capacidade que o ator social tem de absorver as questões geradas nos espaços por ele percorridos. É uma construção que se estabelece na mediação entre o indivíduo e a sociedade, numa busca corrente de construção de sentidos da existência. Ou seja, é um “(...) processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os quais prevalecem sobre outras fontes de significados” (Castells, 1999, p. 22), em meio a tensões e/ou contradições.

Os tensionamentos fazem parte da reafirmação da identidade diante das mudanças sociais experimentadas pelos indivíduos. Por isso, como aponta Hall, o debate sobre identidade é um debate sobre identidades. Isso porque ela é,

formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (...). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. (...) A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente (Hall, 2014, p. 12).

Partindo da compreensão que o meio rural não é um mundo social à parte, mas é constitutivo, também, do que chamamos de sociedade global (Ianni, 2010), faz-se premente

ressaltar que as relações sociais compartilhadas refletem as mudanças atualizadas nos centros urbanos, e vice-versa. Nesse meandro, postulamos que o ingresso no Porto de Suape não é o fim da ação desses sujeitos, nem mesmo aponta para uma outra identidade, antes parece ser uma forma de se opor às contradições e dureza do trabalho na cana.

Assim, tem-se que o trabalhador rural manipula o trabalho industrial como um mecanismo de resistência. Ou seja, como uma possibilidade de projetar a sua vida para frente, no anseio por mudanças que lhes possibilite reproduzir-se socialmente no meio rural.

2.2 A inserção dos cortadores de cana no Porto de Suape

O campo é muito matador. Muitos se acabam lá. Muitos trabalha, trabalha, trabalha, morre e não consegue nada. Se acaba naquele meio. Eu não consegui nada no campo (Entrevista com trabalhador rural, Município de Sirinhaém, dez. de 2014).

O trabalho na cana-de-açúcar não é algo estranho para quem é oriundo da Zona da Mata Sul, pois ainda hoje há uma dependência econômica do trabalho ofertado pelos engenhos e usinas, de forma que, nas entrevistas realizadas com os moradores, era comum ouvirmos frases como “aqui no engenho já se nasce fazendo isso de cortar cana”.

Ao se vincular ao engenho, como Sigaud demonstrou (1979), o morador passa a fazer parte de um universo social específico que gira em torno da casa – que recebeu para morar, do sítio – pequena porção de terra que é cedida pelo dono do engenho para o cultivo de subsistência, e do trabalho nos canaviais - que compromete toda a mão de obra da família do morador e que são obrigados a executar.

Esse tipo de sociabilidade que orbita em torno dos engenhos é característico da Zona da Mata Sul, ainda mais para aqueles que moram dentro de um engenho. De fato, a única opção de trabalho para os que vivem no engenho e seu entorno são os canaviais de açúcar. É dentro dessa lógica que um entrevistado, morador do Engenho Jaguaré, município de Sirinhaém, ao compartilhar sua história afirmou que:

Minha família tudo é do campo. Meu avô e avó era tudo do campo. Meu pai começou a trabalhar no engenho com nove anos. Minha mãe era mais nova: tinha oito anos. Eu tinha 18 anos quando comecei a trabalhar no campo. Todo trabalho no campo é fichado como trabalhador rural. Quem trabalha no campo não tem profissão, independente do que faça. No geral, no campo eu fiquei 6 anos e meio, até 24 para 25 anos. Eu saí (para ir trabalhar em Suape) em março de 2010 (Entrevista com trabalhador rural, 28 anos, Município de Sirinhaém, jan. de 2015).

O trabalho no campo é tão desgastante que se o trabalhador tentar ganhar uma remuneração melhor ele terá de se tornar obrigatoriamente um supertrabalhador, cortando até onze toneladas de

cana por dia, o que, por certo, inviabilizaria sua permanência no trabalho em decorrência de um provável esgotamento corporal por esforço físico. No tocante a isso, uma pesquisa realizada por Verçosa (2016) nos canaviais alagoanos sobre o trabalho na cana e as implicações na saúde do trabalhador rural, comprovaram, a partir de exames médicos como o cardiorrespiratório e o teste ergométrico, o profundo desgaste físico e moral que acompanha este tipo de ocupação.

Essa percepção que o trabalhador rural tem de si como uma máquina de cortar cana – tendo em vista que o trabalho nos canaviais de Pernambuco ainda é, em grande parte, manual - era algo que frustrava os entrevistados e os motivava a querer sair da cana para trabalhar no Porto de Suape, conduzindo-os para aquilo que Bourdieu (2010) denomina de uma “revolução simbólica contra a dominação simbólica”. Essa “reapropriação de poder sobre os princípios de construção de sua própria identidade” (Bourdieu, 2010, p.125), parece induzir os entrevistados a acionar estratégias individuais e coletivas que buscam romper com os efeitos da dominação. Usando ainda a afirmação de Bourdieu (2010, p. 125) de que “o estigma produz a revolta contra o estigma”, temos o paralelo de que o degradante trabalho na cana parece ser a força que produz uma reação contra este tipo de trabalho.

Nesse cenário, o Porto de Suape surge no imaginário como uma possibilidade concreta de sair da cana. Tem-se, ainda, que a ida dos cortadores de cana a Suape é baseada em uma decisão familiar ou individual, cujo objetivo maior tem apontado para a busca de autonomia e a desvinculação do trabalho nos canaviais. Assim, a possibilidade de juntar dinheiro e de conquistar renda suficiente para comprar uma casa/sítio, e deixar de depender do modelo de moradia dos engenhos, apareceu nas entrevistas com uma das metas com o novo trabalho.

A forma primordial que o trabalhador rural consegue um emprego no Complexo Portuário de Suape é por meio de uma rede de solidariedade dos amigos do engenho, que ao ingressarem levam outros consigo. Sobre esse aspecto, Lima e Conserva (2006) apontam que as estruturas de redes construídas entre os trabalhadores têm como objetivo uma inserção mais fácil no mercado de trabalho, posto que nem sempre as circunstâncias e os recursos econômicos são favoráveis para que se tenha acesso às vagas disponíveis (Durham, 1984, p. 137). Além disso, destaca-se que esta rede de solidariedade os protegia contra eventuais injustiças e tornava o trabalho nas empresas de Suape mais agradável.

Esse tipo de interação, mediada pela proximidade e por uma relação quase que familiar, levava-os a agir baseados no afeto construído nas experiências comuns do engenho, e não na lógica da impessoalidade usualmente relatada nas empresas urbanas. Tem-se, com isso, que a ação forjada

em decorrência dos vínculos sociais evidencia uma conduta comportamental do meio rural que se desloca pelos espaços cujos atores transitam. Ou seja, um tipo de relação da qual, como aponta Wanderley, “resultam práticas e representações particulares a respeito do espaço, do tempo, do trabalho, da família etc.” (Wanderley, 2000, p. 88).

2.3 As motivações para permanecer em Suape e as incertezas com relação ao emprego

Acerca das motivações para continuar trabalhando em Suape, os entrevistados destacaram: as melhores condições no ambiente de trabalho, os melhores salários – se comparado com a cana –, a possibilidade de mudar de cargo – que não existia no trabalho rural –, a possibilidade da qualificação profissional nos cursos oferecidos pelas empresas e os benefícios de trabalho.

Na fase de coleta dos relatos, foi corrente ouvir que “com o trabalho em Suape se adquire uma profissão”, enquanto as atividades canavieiras são vistas por eles como não especializadas, podendo ser executadas por qualquer pessoa. Em uma palavra, no campo o trabalhador se vê apenas como um cumpridor de tarefas.

Contudo, há um certo grau de rotatividade entre os trabalhadores nas empresas, principalmente no setor de construção civil. Isso porque são as que menos oferecem estabilidade profissional e as que mais ofereceram emprego aos cortadores de cana. Talvez por isso, procuravam constantemente se capacitar profissionalmente a fim de entrar nas melhores companhias.

Com relação aos salários, no ano de 2015, a média do que era recebido com o trabalho nos canaviais era de R\$ 500,00 a R\$ 800,00, na função de cortador de cana e/ou outras atividades gerais executadas nas usinas/engenhos. Já em Suape, eram contratados em sua maioria como ajudante geral, montador e soldador, e o salário era em torno de R\$ 1.500,00 a 2.000,00. O salário-mínimo no período era de R\$788,00. Esses dados demonstram que o trabalho em Suape oferecia ganhos significativos quando comparado à cana-de-açúcar.

Além das diferenças salariais, para os entrevistados a maior diferença entre Suape e a cana estava nas vantagens, ou, como muitos preferiam afirmar, nas regalias do emprego industrial. Essas vantagens seriam, portanto, todo tipo de benefício trabalhista que as empresas de Suape ofereciam e a agroindústria canavieira não. No quadro abaixo, as vantagens foram tipificadas em dois tipos, as “objetivas” e as “imaterial”:

Quadro 1: Vantagens (benefícios) trabalhistas nas empresas de Suape, sob a perspectiva dos entrevistados

VANTAGEM TIPO OBJETIVA – SUAPE	TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA	VANTAGEM TIPO IMATERIAL – SUAPE	TRABALHO NA AGROINDÚSTRIA
--------------------------------	---------------------------	---------------------------------	---------------------------

Ônibus com ar-condicionado	Ônibus simples	Serviço leve	Serviço pesado
Fardamento completo	Não obrigatório e/ou não disponibilizado	Trabalho na sombra	Trabalho no sol
Cartão alimentação entre R\$220,00 e R\$350,00	Algumas usinas concedem o valor de R\$30,00	Momento para descansar	Sem descanso
Plano de saúde	Não oferece	Sentimento de valorização do ser enquanto profissional	Sente-se um homem-máquina
Plano dentário	Não oferece		
Seguro de vida	Não oferece		
Hora-extra com acréscimo real no salário	Não oferece		
Férias remunerada	As férias não se aplicam a todos pois a maioria trabalha por safra		
Seguro desemprego	O seguro desemprego não se aplica a todos pois a maioria trabalha por safra		
Cartão farmácia	Não oferece		
Refeitório com café da manhã e almoço	Não oferece – o trabalhador leva a refeição de casa		
Cursos técnicos e/ou de capacitação	Não oferece		

Fonte: Pesquisa de campo, 2014-2015.

As vantagens adquiriam um status diferenciado quando comparadas com as desvantagens do trabalho na cana-de-açúcar e, além disso, correspondiam a uma série de direitos trabalhistas experimentados por outras categorias profissionais. Deste modo, as vantagens eram encaradas pelo trabalhador como um elemento positivo além do próprio salário.

Nessa conjuntura de maior diversidade produtiva da Zona da Mata Sul os cortadores de cana queriam mais que os direitos trabalhistas conquistados na década de 1960 (Sigaud, 1979) e buscavam, para isso, não depender mais da sazonalidade do trabalho na cana como única forma de reprodução social. Portanto, as vantagens seriam a própria dignidade do trabalho:

Aquela questão: no campo não tem mordomia nenhuma. Por conta disso, eu disse e digo, se tem uma pessoa que merece ganhar um salário digno, é o trabalhador do campo. Porque ele faz de tudo e não é reconhecido. Não é bem tratado. É massacrado. Uma pessoa que lava banheiro em uma empresa tem todos os benefícios. Já uma pessoa que acorda 4 horas da manhã para cortar cana, não tem essas vantagens. E uma usina pode dar isso. Porque se tem uma pessoa que é rica é o usineiro, são pessoas altamente rica. O trabalhador rural é maltratado por esse lado. Ele deveria ser tratado da mesma forma. Deveria ter direito a um vale transporte, vale refeição, seguro de vida decente, e plano de saúde. Sem saúde o ser humano não é nada. Eu tenho essas vantagens, mas a saúde é o mais importante. Coisa que a gente não tem no campo (Entrevista com trabalhador rural, 28 anos, Município de Sirinhaém, jan. de 2015).

Nesse novo emprego, muitos puderam alcançar aquilo que jamais poderiam obter com a cana. Contudo, também tiveram que superar algumas dificuldades encontradas em Suape, tais como: as incertezas com relação a permanência no emprego em decorrência da rotatividade; e a falta de acesso aos cargos com melhores remuneração, sendo direcionados para os postos mais elementares das empresas como serviços de ajudante de obras, pedreiro, carpinteiro, montador, lixador, marceneiro, encanador, pintor e ajudante de soldador de navio.

Sobre isso, os entrevistados ressaltaram em suas falas a necessidade que sentiam de se empenhar mais que os outros no emprego, por medo de serem demitidos. Assim, se no campo era o *trabalho por produção* que os fazia aplicar uma maior quantidade de força física em um menor espaço de tempo a fim de receber um salário melhor, em Suape surgem novos mecanismos de sobrecarga de trabalho: que é o trabalho por *produtividade*, a busca constante por qualificação a fim de se tornar um trabalhador *profissional* (e ter um cargo para além de ajudante), e o *estigma de ser ex-cortador de cana*.

Os cortadores de cana acreditavam que a melhor solução para conseguir funções mais especializadas nas empresas seria se capacitar, estudar e se mostrar um trabalhador produtivo. Assim pode-se constatar que para permanecer no emprego, além de buscarem ser um *profissional* e demonstrar um alto índice de *produtividade*, estes trabalhadores empenhavam uma quantidade maior de tempo, esforço e dedicação como estratégia. A *produtividade*, termo utilizado por eles, remete, desse modo, ao esforço contínuo que empregavam para mostrar aos seus superiores que estavam sempre ocupados, ativos e aptos a qualquer tipo de serviço, independente do que foi contratado para fazer. Sobre este aspecto, um entrevistado afirmou que eles têm de “mostrar serviço ao encarregado para não perder o emprego. Por exemplo: a turma que foi mandada embora, era mau funcionário? Não era. Mas foi porque não deu a tal da *produtividade*, é isso” (Entrevista com trabalhador rural, 2015).

Com isso, as empresas se tornaram uma grande beneficiada com a mão de obra constante da região, sempre apta ao trabalho com esforço. O *habitus* (Bourdieu, 2010) desse trabalhador rural talhado em uma cultura do trabalho pesado, desgastante e mal remunerado desde a infância nos engenhos é, nesse sentido, manipulado pelas empresas a fim de beneficiá-las.

Ao se observar essas questões, certamente pode-se constatar que a despeito de as empresas não contratá-los como profissionais, subutilizando-os enquanto fonte de mão de obra barata, o fato de se perceberem como *profissionais* gerava um tipo de empoderamento coletivo que redirecionava suas ações no espaço em que viviam criando novas formas de agir e de se relacionar, enfim, um

novo tipo de conduta amparada na valorização dos estudos, capacitação profissional e previsibilidade das escolhas realizadas. Isso significa dizer que a representação simbólica do *profissional* trouxe implicações práticas em suas trajetórias para além dos muros da indústria.

É justamente por todos esses fatores, simbólicos e concretos, que se esforçavam por se descolar da pecha de cortador de cana que frequentemente era acionado por outros trabalhadores, no cotidiano das empresas. Esses elementos de diferenciação e estigmatização visavam controlar e inibir as tentativas de inserção em posições melhores no trabalho.

No sentido aqui proposto, a estigmatização (Goffman, 1988) servia como uma forma de os trabalhadores mais antigos, de origem urbana, afirmarem aos de fora, os cortadores de cana, que ali não era o lugar deles e que, portanto, não teriam o direito de competir com os que “naturalmente” eram “destinados” a esses postos de trabalho.

A partir das falas coletadas nas entrevistas, temos que os recursos utilizados para estigmatizar os cortadores de cana eram: 1) de ordem regional, relacionado ao lugar de origem; 2) educacional, relacionado a um maior capital cultural e de tempo de estudos que afirmavam possuir; 3) um maior tempo de empresa e exercício da profissão, que faziam os trabalhadores urbanos se posicionarem como os verdadeiros profissionais do porto.

Para Elias e Scotson, o sucesso da estigmatização está em ser exercida por um grupo e/ou indivíduos detentores de certo poder entre os seus, fazendo com que a depreciação lançada contra os de fora seja sentida em maior proporção: “afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social” (Elias; Scotson, 2000, p. 21-22). E isso, porque somente assim é possível fazer com que o estigma se torne eficaz.

Assim, tem-se que uma lógica exploradora se funde nessa arbitrariedade da estigmatização, posto que na tentativa de demonstrar que são capazes de executar o serviço, os cortadores se submetiam de forma exaustiva a horas extras. Essa fragilidade e desequilíbrio nas relações de poder lançava neles as mais sutis formas de exploração.

3. REPRODUÇÕES E MOBILIDADES NAS TRAJETÓRIAS DOS CORTADORES DE CANA

A partir de uma análise das trajetórias dos entrevistados, constatou-se que os deslocamentos dos trabalhadores rurais estavam inseridos em uma estrutura, uma rede de conexões sociais que

evidenciavam o “peso que os arranjos sociais prévios exerciam sobre os atores” (Domingues, 2008, p. 18), na medida em que condicionava a forma como se distribuíam socialmente.

Sobre isso, tanto Bourdieu quanto Bertaux nos ajudam a refletir sobre a reconfiguração do lugar que esses novos arranjos têm tensionado na Zona da Mata Sul de Pernambuco. De fato, o único beneficiado com este sistema de trabalho e moradia, que se reproduz habilmente nos engenhos, é o proprietário, visto que dispõe continuamente de corpos “adaptados” e “adequados” ao trabalho nos canaviais.

Isto se revela, por exemplo, na manutenção, ainda hoje, desse modelo de “compartilhamento” de terras com as famílias dos moradores sem, contudo, jamais expulsarem todos de uma vez de suas possessões. Assim, usam da artimanha da ameaça da expulsão para aqueles que não trabalham nos canaviais, a destruição dos roçados dos moradores, o desconto dos salários daqueles que não “rendem” no trabalho e a derrubada das casas construídas sem autorização, como forma de fazer pressão e, ao mesmo tempo, manter todos alinhados aos seus interesses.

Nesse sentido, se torna premente compreender como esse habitus do cortador de cana destinado a reproduzir um *modus operandi* laboral se estrutura a ponto de se tornar, como afirma Bourdieu, “uma estrutura estruturada e estruturante”, que “depositada no corpo humano (e não na consciência do sujeito), fornece regras práticas para sua ação, que se desenrola então em particular, reproduzindo as estruturas sociais (...)” (Domingues, 2008, p. 59).

Buscando uma análise que lance luzes a esses questionamentos, pode-se encontrar na proposição de Bertaux uma profunda ligação entre a forma como o ser se constitui – se posiciona em determinada classe – com a forma com que está estabelecido socialmente, denominado por ele de distribuição antroponômica. Uma distribuição que não pode ser pensada enquanto um ato individual “mas como um sistema de fluxos coletivos” (Bertaux, 1979, p. 51).

Esses processos de distribuição se realizam primordialmente por meio das relações sociais travadas na família e transmitidas pela instituição da herança, conduzindo toda a trajetória social. Assim, tem-se que, para Bertaux, a produção antroponômica – produção de energia humana – “é a produção dos próprios seres humanos, não enquanto seres biológicos, mas enquanto seres sociais” (Bertaux, 1979, p. 56). E estas relações de produção,

Determinam diretamente as relações de distribuição, e se queremos mudar estas últimas, é sobre as primeiras que temos de agir. Do ponto de vista antroponômico, isso explica o aparente paradoxo que diz que quanto mais

duro se trabalha, menos se ganha. Não é porque se trabalha duro que se ganha pouco, nem é porque se ganha pouco que se trabalha duro; e sim porque se está colocado de determinado lado das relações de produção, do lado dos despossuídos, dos deserdados, daqueles que – já que outros possuem tudo – não possuem nada com que possam produzir seus próprios meios de existência (...); é porque em tal situação a pessoa se encontra obrigada (...) a engajar-se no serviço daqueles que detêm os meios de produção (...) (Bertaux, 1979, p. 61).

É a partir dessa perspectiva que se pode pensar a forma como as famílias do engenho se reproduzem socialmente, visto que despossuídas de todos os meios de produção necessários para conduzirem sua própria história são obrigadas a se vincular “ao serviço daqueles que detêm os meios de produção”. Por conseguinte, se institui nos engenhos um tipo de relação social que, se por um lado é marcada pelas necessidades das famílias dos “despossuídos”, qual seja, a casa, a terra e o trabalho na cana; por outro, proporciona a formação de um habitus singular (Bourdieu, 2010) que passa a ser “manipulado” pelos usineiros/donos de engenhos.

Isso porque, os proprietários sabem quais são os gostos, a cultura e a forma de viver em relação à terra, dos moradores de engenho e, por isso, tencionam essas suas especificidades a fim de mantê-los nesse cerco. Em uma palavra: uma coerção pelo modo de vida no engenho. Assim, vai-se trabalhar na cana não apenas porque não existe outra opção de trabalho, mas, sobretudo porque não se tem outra opção de modo de vida. Assim, as escolhas dos indivíduos que nascem nesse formato social, de fato, estão subjugadas à realidade que se lhes apresenta. Assim, não possuindo alternativas que não seja “fazer o que aprenderam desde criança” a ordem do dia é sobreviver com o que dispõem: corpos hábeis no serviço da cana. Logo, aparentemente não há escolha, mas sim uma escolha possível dentro de determinadas circunstâncias.

Ressalta-se, ainda, que esses deslocamentos nas espacialidades da Mata Sul, não ocorrem de forma homogênea. A partir dos dados empíricos, principalmente quando observadas as trajetórias dos entrevistados, observamos que há formas diversas de as mobilidades se realizarem, a depender das relações sociais e do capital social e/ou cultural portado pelos atores. Portanto, a despeito da existência dessas estruturas que parecem reforçar o lugar de cada um no mundo, as possibilidades de mobilidades e agência dos atores sociais se efetivam de forma diferenciada a partir de certas condicionalidades previamente dispostas.

Essas diversas formas de mobilidade na região da pesquisa podem, ainda, ser agrupadas em três fases:

1) Da cana para Suape: movimento realizado pelos cortadores de cana com maior escolaridade que conseguiram permanecer em Suape. Para isso, lançam mão de uma série de artifícios para continuar nas empresas, tais como: a constante busca pela qualificação e por ser profissional, domínio das técnicas e regras empresariais. Esse grupo conseguiu agregar em sua trajetória um maior nível de capital social que os demais, bem como se inseriu nos melhores postos de trabalho em Suape. Possuem menor grau de possibilidade de retorno à cana.

2) Entre a cana e Suape: movimento dos cortadores de cana que foram a Suape, saíram de lá, mas buscam novas formas de voltar. Estes se encontram numa posição intermediária, possuindo menos capital social que os primeiros e maior capital que os terceiros. Possuem o ensino fundamental e têm se lançado em busca de qualificação, mas não tanto quanto os primeiros. Possuem uma possibilidade média de voltar para a cana.

3) Entre safras: abrange os que possuem pouco capital e uma mínima perspectiva de mobilidade, o que os direciona quase que exclusivamente para o trabalho nas usinas no período das safras (por 6 meses). Possuem pouca ou nenhuma escolaridade e são os que estão há mais tempo na cana, o que socialmente tem implicado em um desgaste físico e subjetivo das suas condições de existência. Geralmente são casados, com filhos e, em decorrência disso, arriscam menos. A chance desse grupo de sair da cana é baixa.

Portanto, temos que a quantidade de capital social será determinante na permanência no trabalho em Suape. Isso porque o capital social se vincula ao “conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento” (Bourdieu, 1998, p. 67).

Em meio a essas teias de conexões as mobilidades se realizam. E no que tange aos processos que têm ocorrido na Zona da Mata Sul a partir da presença de Suape, há de se considerar que muitas das “transformações” ocorridas têm favorecido apenas indivíduos, sem gerar mudanças concretas na estrutura do lugar – ainda marcada pela concentração de terras. Isso, por certo, gera um impasse na forma como esses cortadores que saíram da cana interpretam o que têm vivenciado, visto que os seus pais, irmãos, primos e tios permanecem na cana. A contradição ainda persiste.

4. RURAL E RURALIDADES NA ZONA DA MATA SUL

Caracterizar o rural na Zona da Mata Sul não é uma tarefa simples se o ‘parâmetro de rural’ estiver atrelado a uma ideia de distanciamento das cidades, vinculada a um determinado espaço

geográfico e/ou mesmo a atividades produtivas. Isso porque, haja vista as profundas transformações na sua matriz industrial, na mobilidade e crescimento urbano desencadeados, sobretudo, pela presença dos grandes empreendimentos a partir da criação de Suape, e, também, da estreita relação do porto com a Região Metropolitana do Recife (RMR), poder-se-ia enxergar esse mundo rural como um desdobramento das sociedades urbanas.

Contudo, por meio da construção sócio-histórica desse lugar, e pela forma como os sujeitos as experienciam, é que encontramos as singularidades do rural. Nesse sentido, Wanderley propõe pensar que:

De um lado, aqueles para quem tudo é ou será urbano, numa relação de continuum entre os dois pólos, pela qual o “urbano termina por transformar o “rural” à sua imagem e semelhança; de outro, aqueles que percebem o meio rural como um mundo fortemente isolado do conjunto da sociedade, podendo ser apreendido diretamente através dos mecanismos e processos internos de reprodução. Entre as duas posições, no entanto, existe uma extensa gradação de posições que só aumenta a complexidade da questão. O que parece importante salvaguardar no debate é a afirmação de que os espaços, tanto quanto as relações sociais que são suporte, não são homogêneos e que essa diversidade supõe, em todos os casos, uma profunda interdependência entre o campo e a cidade, cujos termos concretos ainda demandam estudos complementares (Wanderley 2011, p. 109-110).

O rural se situa, portanto, numa interdependência com o meio urbano, mas, ao mesmo tempo, preserva as suas especificidades que podem ser caracterizadas por uma vivência singular dos seus moradores com a natureza (pelo trabalho, sociabilidade, lazer), com os demais habitantes de seu espaço – que Wanderley vai chamar de relações sociais diferenciadas, e Mendras, de relações de interconhecimento – e com os símbolos que emergem dessa vivência gerando uma cultura própria e uma visão de mundo diferente das áreas urbanas (Wanderley, 2009).

As transformações vivenciadas no mundo social nas últimas décadas ancoradas pelos processos da globalização, intensificação de trocas econômicas e mudanças no mundo do trabalho se fizeram sentir sobre ambos os espaços, de sorte que as sociedades rurais, nesse novo cenário, se diversificaram e aprofundaram ainda mais as relações com o meio urbano (Wanderley, 2009, p. 212). Essa diversificação diz respeito, concretamente, a novos atores sociais presentes em seu espaço com suas demandas singulares, a novas formas de busca de lazer das populações urbanas no campo (Carneiro, 2012), à crescente presença de condomínios nesse espaço social (Pires, 2007) e, dentre outras questões, à agenda ambiental.

Isso aponta para a necessidade de se caracterizar melhor “o rural que tem se delineado nos últimos anos em face de tantas mudanças”. Assim, Wanderley (2009, p. 225-226) propõe pensar por

meio dessa diversidade de formas como o rural se apresenta através da percepção de “uma extensa gradação de posições que só aumenta a complexidade da questão”.

Seguindo sua linha de raciocínio, é possível caracterizar o rural da Zona da Mata Sul por meio da criação de “gradações desse rural”, a fim de organizar de forma mais didática como é essa relação rural/urbano e quais os contornos que têm apresentado a partir da introdução de um novo elemento em seu espaço – o Porto de Suape.

Além disso, levando-se em consideração que os espaços rurais por si mesmos não são únicos no Brasil, mas sim plurais e diversos, caracterizar de forma específica o que foi encontrado na pesquisa de campo se mostra uma ferramenta de análise útil por conceder um olhar direcionado a uma formação social singular.

O rural analisado na pesquisa se apresenta da seguinte forma:

1) A ruralidade dos engenhos: experiência inicial de vida de quem nasce no meio rural da Mata Sul, os engenhos – além das contradições que o envolvem e a dominação exercida pelos proprietários – são espaços de uma sociabilidade que gira em torno do uso da terra como forma de subsistência e de pequena produção comercializada na rua. Também se apresentam como “nó” de uma rede social forjada em atividades de lazer, cultura e trabalho que, quando vistas como “paisagem social”, mostram uma experiência comum de vida.

2) A ruralidade da rua: a rua na Zona da Mata é historicamente o “destino” daqueles que são “expulsos” do Engenho. A rua é o nome que os moradores locais dão às pequenas vilas rurais nas franjas dos centros dos pequenos municípios. Essa ruralidade resulta de uma espécie de “purgador”, onde contradições sociais, lutas de classe e subjetividades dos atores sociais ganham uma forma social específica no lugar: a rua. Ela pode expressar a expulsão de um morador do engenho, mas também expressa o resultado de um novo matrimônio e a conquista de um novo emprego, como os de Suape. Em suma, é um espaço que agrega diversas formas de ruralidade e de vivências sociais que, para os pesquisados, não é interpretado como expressão de um modo de vida urbano. Apesar disso, a rua também é o lugar dos serviços de pequeno porte, de uma maior diversificação social. É, pugno, um rural “periurbano”.

Com efeito, a compreensão do rural nas sociedades contemporâneas não deve ignorar as formas como se atualiza nas ações de seus atores sociais, visto que são estes que concedem significados a esses espaços. Isso porque, o rural é antes de tudo uma categoria de pensamento (Carneiro, 2012), de ordenamento e interpretação dos processos sociais. É uma forma de ver o mundo e de estar no mundo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, propusemos mostrar as complexificações que formam o mundo rural da Zona da Mata Sul de Pernambuco que, com a chegada de um empreendimento industrial de grande porte na localidade, o Porto de Suape, passa a agregar novas formas de deslocamentos nas trajetórias dos cortadores de cana.

Isso porque, conforme as discussões apresentadas, a chegada de Suape e sua vasta demanda por mão de obra trouxe consigo um novo tipo de mobilidade da força de trabalho, representada, inicialmente, pelo deslocamento dos moradores dos engenhos às indústrias do porto. Esse cenário apontou que era necessário empenhar um esforço de pesquisa a fim de deslindar o fenômeno em curso.

Assim, movido por questionamentos que tinham por premissa compreender em maior profundidade a extensão do problema, o fio condutor da análise fundamentou-se na perspectiva de averiguar como os cortadores – sujeitos do rural que vivenciaram e têm vivenciado esse processo – percebiam essa mobilidade para o porto e quais sentidos atribuíam a esse deslocamento.

As análises levaram-nos à compreensão de que muito do que pode ser à primeira vista interpretado como mudanças, apontam, de fato, para certas continuidades, e que as novas formas de mobilidade socioespacial acionadas têm provocado certas rupturas com o modo de vida anterior ao engenho, porém, a estrutura social sobre a qual as redes de relações se assentam, permanece a mesma (Sigaud, 1979).

Além disso, como vimos, há de se ressaltar que há mobilidades ocorrendo – e não um único tipo de mobilidade – apontando para uma movimentação intensa no tecido social da Zona da Mata Sul que rompe e se contrapõe à concepção de imobilidade e reprodução do trabalho na cana-de-açúcar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. *Agricultura e capitalismo*. São Paulo: LECH – Livraria Editora de Ciências Humanas, 1979.

BDE. *Base de dados do Estado: cadernos municipais, região de desenvolvimento Mata Sul*. Disponível em: <http://www.bde.pe.gov.br/estruturacaogeral/filtroCadernoEstatistico.aspx>. Acesso em 29 de Out. 2024.

BECKER, Olga Maria Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Explorações Geográficas: percursos*

no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p. 319-343.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BERTAUX, Daniel. *Destinos pessoais e estruturas de classe: para uma crítica da antroponomia política*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 11 ed., 2011.

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade: a era da informação: economia, sociedade e cultura*, Vol 2. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS (SUAPE). *Novo plano diretor Suape 2030*. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 2011.

COMPLEXO INDUSTRIAL PORTUÁRIO GOVERNADOR ERALDO GUEIROS (SUAPE). *Polos de desenvolvimento do Complexo*. Disponível em: <<https://www.suape.pe.gov.br/pt/negocios/polos-negocios>>. Acesso em 30 de out. 2024.

DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociológicas no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DURHAM, Eunice R. *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1984.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GAUDEMAR, Jean Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Estampa, 1977.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

L'ESTOILE, Benoît de; SIGAUD, Lygia (orgs.). *Ocupações de terra e transformações sociais: uma experiência de etnografia coletiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LIMA, Jacob Carlos; CONSERVA, Marinalva de Sousa. Redes sociais e mercado de trabalho: entre o formal e o informal. *Política e Trabalho – Revista de Ciências Sociais*. n.24, abril de 2006, p. 73-98.

MARTINS, José de Souza. *Não há terra para plantar neste verão: o cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo*. Petrópolis: 1986.

MARTINS, Rodrigo Constante. Modernidade e temporalidades no trabalho agrícola. *Teoria & pesquisa*, 49, jul/dez de 2006.

PALMEIRA, Moacir Gracindo Soares. Casa e trabalho: nota sobre a relações sociais na plantation tradicional. Rio de Janeiro: Contraponto, 1977. In: WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (História Social do Campesinato)*. Vol. I. São Paulo: Editora: UNESP, NEAD, 2009.

PIRES, André. *Ruralidades em transformação: agricultores, caseiros e moradores de condomínio*. São Paulo: Annablume, 2007.

SIGAUD, Lygia. *Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SIGAUD, Lygia. *Greve nos engenhos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VÉRAS DE OLIVEIRA, Roberto. Suape em construção, peões em luta: o novo desenvolvimento e os conflitos do trabalho. *Caderno CRH*. Salvador, v. 26, n. 68, p. 233-252, mai-ago 2013.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos de. *Os saltos dos cangurus nos canaviais alagoanos: um estudo sobre trabalho e saúde*. Tese de Doutorado. São Carlos-SP: UFSCar, 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Revista Sociedade e Agricultura*, 15 de out. 2000, p. 87-145.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

Licença e Direitos:



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).